

MANUAL DE DIREITO CIVIL

VOLUME
ÚNICO



Belo Horizonte | **São Paulo**
 Av. Brasil, 1843, Av. Paulista, 2444,
 Savassi, Belo Horizonte, MG 8º andar, cj 82
 Tel.: 31 3261 2801 Bela Vista – São Paulo, SP
 CEP 30140-007 CEP 01310-933

WWW.EDITDRADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2014, D'Plácido Editora.

Copyright © 2014, Mônica Queiroz.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Letícia Robini
Diagramação Bárbara Rodrigues
 Letícia Robini
 Enzo Zaques Prates
 Nathalia Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

Queiroz, Mônica

Q3 Manual de direito civil / Mônica Queiroz. - 6. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
 1340 p.

ISBN 978-65-5589-151-5

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

CDDir: 342.1

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	41
1. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO	41
2. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO	42
3. A DIVISÃO DO DIREITO E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	42
4. A EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	45
5. AS FONTES DO DIREITO	46
5.1. FONTES FORMAIS, DIRETAS OU IMEDIATAS	47
5.2. FONTES NÃO FORMAIS, INDIRETAS OU MEDIATAS	47
6. A SISTEMÁTICA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E SUAS DIRETRIZES BÁSICAS: ETICIDADE, SOCIABILIDADE E OPERABILIDADE	47
2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	51
1. DA LICC À LINDB: SEUS CONTORNOS INICIAIS	51
2. NATUREZA JURÍDICA DA LINDB	52
3. CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS	52
3.1. QUANTO À OBRIGATORIEDADE	52
3.2. QUANTO À SUA NATUREZA	52
3.3. QUANTO AO AUTORIZAMENTO (OU INTENSIDADE DA SANÇÃO)	53
4. VIGÊNCIA DAS LEIS	53
5. VACÂNCIA DA LEI OU <i>VACATIO LEGIS</i>	54
5.1. CONTAGEM DA <i>VACATIO LEGIS</i>	54
6. LEI COM INCORREÇÕES OU ERROS MATERIAIS	54
7. PRINCÍPIOS INFORMADORES DA EFICÁCIA DAS LEIS	55
7.1. PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	55
7.2. PRINCÍPIO DO <i>IURA NOVI CURIA</i>	55
7.3. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DAS LEIS	55

8. REVOGAÇÃO DA LEI	56
8.1. ESPÉCIES DE REVOGAÇÃO	56
9. REPRISTINAÇÃO	57
10. INTEGRAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO	57
10.1. ANALOGIA	57
10.2. COSTUMES	58
10.3. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	59
10.4. EQUIDADE	60
11. INTERPRETAÇÃO DAS LEIS	61
11.1. QUANTO À ORIGEM	61
11.2. QUANTO AOS MÉTODOS	61
11.3. QUANTO AO RESULTADO	62
12. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO	62
3. DAS PESSOAS NATURAIS	65
1. DA PERSONALIDADE JURÍDICA	65
2. O INÍCIO DA PERSONALIDADE	66
2.1. TEORIA NATALISTA	66
2.2. TEORIA DA PERSONALIDADE CONDICIONAL	67
2.3. TEORIA CONCEPCIONISTA	68
3. A SITUAÇÃO JURÍDICA DO EMBRIÃO	72
4. O FIM DA PERSONALIDADE	74
4.1. MORTE REAL	75
4.2. MORTE CIVIL OU FICTÍCIA	75
4.3. MORTE PRESUMIDA	75
5. DA AUSÊNCIA	77
5.1. HIPÓTESES QUE AUTORIZAM A ABERTURA DO PROCEDIMENTO DA AUSÊNCIA	77
5.2. O PORQUÊ DO INSTITUTO DA AUSÊNCIA	77
5.3. FASES DO PROCEDIMENTO DE AUSÊNCIA	77
5.4. REAPARECIMENTO DO AUSENTE	80
6. COMORIÊNCIA	81
7. A DIGNIDADE NO SEIO DA MORTE	82
8. ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE	85
8.1. NOME CIVIL	85
8.2. HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL	86
9. ESTADO CIVIL	92
10. CAPACIDADE	93
10.1. CAPACIDADE DE DIREITO/AQUISIÇÃO/GOZO	93
10.2. CAPACIDADE DE FATO/EXERCÍCIO/AÇÃO	93
11. REGISTRO E AVERBAÇÃO	116
12. DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	116
12.1. A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	116
12.2. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	117
12.3. A CLÁUSULA GERAL DE TUTELA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	118
12.4. A RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	119

12.5. O DIREITO AO ESQUECIMENTO	121
12.6. A PROTEÇÃO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 A ALGUNS DIREITOS DA PERSONALIDADE	125
12.7. A PROTEÇÃO À PESSOA JURÍDICA	136
13. DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL	139
13.1. ESPÉCIES DE DOMICÍLIO	140
4. DAS PESSOAS JURÍDICAS	141
1. PESSOA JURÍDICA: DEFINIÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL	141
2. REQUISITOS CARACTERIZADORES DA PESSOA JURÍDICA	142
3. NATUREZA JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA	142
4. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS	143
4.1. QUANTO À NACIONALIDADE	143
4.2. QUANTO À FUNÇÃO	143
4.3. QUANTO À ESTRUTURA	144
5. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	145
5.1. SOCIEDADES	145
5.2. ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53/61, CC)	145
5.3. FUNDAÇÕES (ARTS. 62/69, CC)	147
5.4. ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	150
5.5. PARTIDOS POLÍTICOS	150
6. QUADRO COMPARATIVO: ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES E FUNDAÇÕES	150
7. INÍCIO DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA	151
8. A POSSIBILIDADE E A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIAS GERAIS POR MEIOS ELETRÔNICOS DIANTE DA COVID-19	153
9. ENTES DESPERSONALIZADOS	154
10. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (DISREGARD DOCTRINE)	155
10.1. GENERALIDADES	155
10.2. TEORIAS ACERCA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	158
10.3. A DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA	159
10.4. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA NO CPC DE 2015 (ARTS. 133 AO 137)	161
10.5. A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA (LEI Nº 13.874/19) E AS ALTERAÇÕES NA SISTEMÁTICA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO CÓDIGO CIVIL	162
11. DOMICÍLIO DA PESSOA JURÍDICA	170
12. EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	170
5. DOS BENS	173
1. ALGUMAS DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	173
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	174
2.1. DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS	174
2.2. DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS	180
2.3. DOS BENS QUANTO À TITULARIDADE DE DOMÍNIO	184

6. DO BEM DE FAMÍLIA	187
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	187
2. O BEM DE FAMÍLIA E A TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO	187
3. NATUREZA JURÍDICA DO BEM DE FAMÍLIA	188
4. O BEM DE FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DUALIDADE DE SISTEMAS	189
4.1. O BEM DE FAMÍLIA LEGAL (LEI Nº 8.009/90)	189
4.2. O BEM DE FAMÍLIA CONVENCIONAL OU VOLUNTÁRIO	201
7. DOS FATOS JURÍDICOS	205
1. CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS	205
2. DOS ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO OU ATOS JURÍDICOS NÃO-NEGOCIAIS	206
3. DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	207
3.1. CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	207
4. OS TRÊS PLANOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFCÁCIA	209
4.1. O PLANO DA EXISTÊNCIA	209
4.2. O PLANO DA VALIDADE	209
4.3. O PLANO DA EFCÁCIA	209
4.4. A ESCADA PONTEANA	209
5. OS ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	210
5.1. OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	210
5.2. ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO OU MODALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO: CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO	212
6. INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	220
7. DA REPRESENTAÇÃO	225
7.1. CONFLITO DE INTERESSES	226
7.2. CONTRATO CONSIGO MESMO OU AUTOCONTRATO	227
8. DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	229
1. GENERALIDADES	229
1.1. VÍCIOS DO CONSENTIMENTO OU DA VONTADE	229
1.2. VÍCIOS SOCIAIS	229
2. ERRO OU IGNORÂNCIA	230
2.1. CONCEITO	230
2.2. O ERRO SUBSTANCIAL	230
2.3. O FALSO MOTIVO EXPRESSO COMO RAZÃO DETERMINANTE	231
2.4. O ERRO ACIDENTAL	231
2.5. ESCUSABILIDADE OU PRINCÍPIO DA CONFIANÇA?	231
2.6. MEIOS INTERPOSTOS	233
2.7. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	233
3. DOLO	233
3.1. DOLO PRINCIPAL E DOLO ACIDENTAL	233
3.2. DOLO ATIVO (DOLO POSITIVO) E DOLO PASSIVO (DOLO NEGATIVO)	234
3.3. DOLUS BONUS E DOLUS MALUS	234
3.4. DOLO DIRETO E DOLO DE TERCEIRO	235

3.5. O DOLO DO REPRESENTANTE	235
3.6. DOLO RECÍPROCO OU TORPEZA BILATERAL	236
4. COAÇÃO	236
4.1. COAÇÃO FÍSICA E COAÇÃO MORAL	236
4.2. A AMEAÇA DO EXERCÍCIO NORMAL DE UM DIREITO E O TEMOR REVERENCIAL	237
4.3. APRECIACÃO DA COAÇÃO	238
4.4. EFEITOS DA COAÇÃO	238
4.5. COAÇÃO DE TERCEIRO	238
5. ESTADO DE PERIGO	239
5.1. O DOLO DE APROVEITAMENTO	239
5.2. EFEITOS DO ESTADO DE PERIGO	240
6. LESÃO	241
6.1. LESÃO USURÁRIA, LESÃO ENORME E LESÃO ESPECIAL. DISTINÇÕES	241
6.2. QUADRO COMPARATIVO: LESÃO USURÁRIA, LESÃO ENORME E LESÃO ESPECIAL	245
6.3. QUADRO COMPARATIVO: LESÃO E ESTADO DE PERIGO	246
7. FRAUDE CONTRA CREDITORES	246
7.1. O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	246
7.2. CONCEITO DE FRAUDE CONTRA CREDITORES	246
7.3. MANIFESTAÇÕES DA FRAUDE CONTRA CREDITORES	247
7.4. O ART. 164 DO CÓDIGO CIVIL E A TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO	247
7.5. REQUISITOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA FRAUDE CONTRA CREDITORES	248
7.6. A AÇÃO PAULIANA OU REVOCATÓRIA	248
7.7. ESPECIFICIDADES DA AÇÃO PAULIANA OU REVOCATÓRIA	249
7.8. DISTINÇÃO ENTRE FRAUDE CONTRA CREDITORES E FRAUDE DE EXECUÇÃO	251
7.9. QUADRO COMPARATIVO: FRAUDE CONTRA CREDITORES E FRAUDE DE EXECUÇÃO	252
9. DA SIMULAÇÃO	255
1. A SIMULAÇÃO E O SEU NOVO REGIME NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	255
2. HIPÓTESES DE SIMULAÇÃO	257
3. ESPÉCIES DE SIMULAÇÃO	257
3.1. SIMULAÇÃO ABSOLUTA	257
3.2. SIMULAÇÃO RELATIVA	257
4. SIMULAÇÃO INOCENTE E SIMULAÇÃO MALICIOSA	258
5. O TERCEIRO DE BOA-FÉ	258
6. A RESERVA MENTAL	259
10. DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	261
1. NULIDADE (NULIDADE ABSOLUTA)	262
1.1. HIPÓTESES DE NULIDADE ABSOLUTA	262
1.2. PECULIARIDADES DO REGIME DAS NULIDADES	265
2. ANULABILIDADE (NULIDADE RELATIVA)	267
2.1. HIPÓTESES DE NULIDADE RELATIVA	268
2.2. PECULIARIDADES DO REGIME DAS ANULABILIDADES	268
3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS	271
3.1. EXCEÇÃO À REGRA DE PROTEÇÃO AO MENOR: O <i>TU QUOQUE</i>	271

3.2. IMPOSSIBILIDADE DE SE RECLAMAR A DEVOLUÇÃO DA IMPORTÂNCIA PAGA A UM INCAPAZ	272
3.3. PRINCÍPIO DA INCOMUNICABILIDADE DAS NULIDADES	272
3.4. A INVALIDADE DO INSTRUMENTO	273
4. QUADRO COMPARATIVO: NULIDADE X ANULABILIDADE	273

11. DOS ATOS ILÍCITOS

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	275
2. ESPÉCIES DE ATOS ILÍCITOS: SUBJETIVO (ART. 186, CC) E OBJETIVO (ART. 187, CC)	276
3. EXCLUDENTES DE ILICITUDE	278

12. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. ETAPAS PARA A COMPREENSÃO DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	281
2. PRESCRIÇÃO	285
2.1. PRESCRIÇÃO EXTINTIVA E PRESCRIÇÃO AQUISITIVA	285
2.2. NATUREZA JURÍDICA DA PRESCRIÇÃO EXTINTIVA	286
2.3. A PRESCRIÇÃO DA EXCEÇÃO (ART. 190, CC)	286
2.4. RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO	287
2.5. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS PELA VONTADE DAS PARTES	288
2.6. SUPRIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ	288
2.7. MOMENTO DE ALEGAÇÃO DA PRESCRIÇÃO	289
2.8. CONTINUAÇÃO DA PRESCRIÇÃO	290
2.9. RESPONSABILIZAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA E DO ASSISTENTE DO RELATIVAMENTE INCAPAZ	291
2.10. CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO	291
2.11. COM A COVID-19, MAIS UMA CAUSA IMPEDITIVA OU SUSPENSIVA DA PRESCRIÇÃO	296
2.12. CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	299
2.13. O ALCANCE DA INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO	302
2.14. OS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO	303
2.15. O INÍCIO DA CONTAGEM DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS E A TEORIA DA <i>ACTIO NATA</i>	306
2.16. OS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO E O DIREITO INTERTEMPORAL	308
3. DECADÊNCIA OU CADUCIDADE	309
3.1. RENÚNCIA À DECADÊNCIA	310
3.2. MOMENTO DE ALEGAÇÃO	310
3.3. SUPRIMENTO DE OFÍCIO	310
3.4. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS	310
3.5. PRAZOS DECADENCIAIS	311
4. QUADRO COMPARATIVO: PRESCRIÇÃO X DECADÊNCIA	311
5. QUADRO COMPARATIVO: DECADÊNCIA LEGAL X DECADÊNCIA CONVENCIONAL	312

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

13. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	315
1. A RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL	315
2. O DÉBITO (<i>SCHULD</i>) E A RESPONSABILIDADE (<i>HAFTUNG</i>)	316
3. A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO DEVEDOR. A PROBLEMÁTICA DA PRISÃO DO DEPOSITÁRIO INFIEL	317
4. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS: DEVER JURÍDICO, OBRIGAÇÃO, ÔNUS E ESTADO DE SUJEIÇÃO	319
5. FONTES DAS OBRIGAÇÕES	320
5.1. FONTE IMEDIATA	320
5.2. FONTES MEDIATAS	320
6. A OBRIGAÇÃO COMO UM PROCESSO. A OBRIGAÇÃO COMPLEXA	321
7. OBRIGAÇÃO <i>PROPTER REM</i> OU REAL	322
14. DOS ATOS UNILATERAIS	325
1. DA PROMESSA DE RECOMPENSA	325
2. DA GESTÃO DE NEGÓCIOS	327
3. DO PAGAMENTO INDEVIDO	330
3.1. CONCEITO	330
3.2. REQUISITOS DO PAGAMENTO INDEVIDO	330
3.3. REGRAS DO PAGAMENTO INDEVIDO	330
3.4. HIPÓTESES EM QUE NÃO É POSSÍVEL A REPETIÇÃO	331
3.5. FRUTOS, ACESSÕES, BENFEITORIAS E DETERIORAÇÕES SUPERVENIENTES AO PAGAMENTO INDEVIDO	331
3.6. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL DADO EM PAGAMENTO INDEVIDO	332
4. DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	332
4.1. REQUISITOS DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	333
4.2. EFEITOS DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	333
4.3. A SUBSIDIARIEDADE DO INSTITUTO	334
15. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	335
1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO CONTEÚDO DO OBJETO OBRIGACIONAL	335
1.1. A OBRIGAÇÃO DE DAR	335
1.2. A OBRIGAÇÃO DE FAZER	342
1.3. A OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	344
2. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANTO À QUANTIDADE DE ELEMENTOS OBRIGACIONAIS	345
2.1. ANÁLISE DAS OBRIGAÇÕES SUBJETIVAMENTE PLURAIS	345
2.2. ANÁLISE DAS OBRIGAÇÕES OBJETIVAMENTE PLURAIS	359
3. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO CONTEÚDO	361
4. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LIQUIDEZ	361
5. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À DEPENDÊNCIA	362
6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MOMENTO DE CUMPRIMENTO	362

7. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO LOCAL DO ADIMPLEMENTO.....	362
8. VISÃO PANORÂMICA DAS OBRIGAÇÕES.....	363

16. DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....365

1. FORMA NORMAL DE SE ADIMPLIR A OBRIGAÇÃO: O PAGAMENTO.....	365
1.1. ASPECTOS SUBJETIVOS.....	365
1.2. ASPECTOS OBJETIVOS.....	370
1.3. DO LUGAR DO PAGAMENTO.....	375
1.4. DO TEMPO DO PAGAMENTO.....	377
2. FORMAS ESPECIAIS DE SE ADIMPLIR A OBRIGAÇÃO.....	378
2.2. DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO.....	380
2.3. DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO.....	383
2.4. DA DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	384
2.5. DA NOVAÇÃO.....	386
2.6. DA COMPENSAÇÃO.....	388
2.7. DA CONFUSÃO.....	393
2.8. DA REMISSÃO DAS DÍVIDAS.....	394

17. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....397

1. DO INADIMPLEMENTO RELATIVO (DA MORA).....	397
1.1. EFEITOS DA MORA.....	398
1.2. ESPÉCIES DE MORA DO DEVEDOR.....	401
1.3. A MORA DA OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE ATO ILÍCITO.....	403
1.4. A PURGA OU EMENDA DA MORA.....	405
2. DO INADIMPLEMENTO ABSOLUTO.....	405
2.1. EFEITO DO INADIMPLEMENTO ABSOLUTO.....	406
3. DAS PERDAS E DANOS.....	407
4. DOS JUROS LEGAIS.....	408
4.1. CLASSIFICAÇÃO DOS JUROS.....	408
4.2. A SISTEMÁTICA DOS JUROS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	409
4.3. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS CONVENCIONAIS.....	411
4.4. A TAXA DE JUROS NAS ATIVIDADES BANCÁRIAS.....	414
4.5. INÍCIO DA CONTAGEM DOS JUROS DE MORA.....	415
4.6. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÃO DE PREJUÍZO.....	416
5. DA CLÁUSULA PENAL.....	417
5.1. CONCEITO E FINALIDADES.....	417
5.2. ESPÉCIES.....	418
5.3. CLÁUSULA PENAL MORATÓRIA.....	418
5.4. CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA.....	419
5.5. REDUÇÃO EQUITATIVA DA CLÁUSULA PENAL.....	420
5.6. CLÁUSULA PENAL E OBRIGAÇÃO INDIVISÍVEL.....	421
5.7. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR.....	422
6. INADIMPLEMENTO MÍNIMO OU ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL.....	422
7. VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO.....	424

7.1. A DOUTRINA DO INADIMPLEMENTO ANTECIPADO (<i>ANTICIPATORY BREACH OF CONTRACT</i>)	425
--	-----

18. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES **429**

1. DA CESSÃO DE CRÉDITO	430
1.1. CONCEITO E PARTES	430
1.2. OBJETO DA CESSÃO	430
1.3. FORMA PARA A REALIZAÇÃO DA CESSÃO	431
1.4. DESNECESSIDADE DE ANUÊNCIA DO DEVEDOR E IMPRESCINDIBILIDADE DE NOTIFICAÇÃO AO DEVEDOR	432
1.5. RESPONSABILIDADE DO CEDENTE PELA EXISTÊNCIA DO CRÉDITO	433
1.6. RESPONSABILIDADE DO CEDENTE PELA SOLVÊNCIA DO DEVEDOR	433
2. DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	433
2.1. MODALIDADES DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	433
2.2. EFEITOS DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	434
2.3. ANULAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	435
2.4. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS	435

19. DAS ARRAS **437**

1. ESPÉCIES DE ARRAS	437
1.1. ARRAS CONFIRMATÓRIAS OU PROBATÓRIAS	438
1.2. ARRAS PENITENCIAIS	439
2. DIFERENÇA ENTRE ARRAS E CLÁUSULA PENAL	440
3. TÓPICOS SINÓPTICOS PARA MELHOR FIXAÇÃO DO TEMA	440

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL

20. RESPONSABILIDADE CIVIL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS **445**

1. RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL	445
2. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRACONTRATUAL	445
3. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA	447

21. A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA **449**

1. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA	449
1.1. A CONDUTA HUMANA ANTIJURÍDICA	449
1.2. A CULPA <i>LATO SENSU</i> OU CULPA GENÉRICA	450
1.3. O NEXO CAUSAL	453
1.4. O DANO	463

22. A RESPONSABILIDADE OBJETIVA **487**

1. NOÇÕES PRELIMINARES DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA	487
2. RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO	490
2.1. A RESPONSABILIDADE DOS PAIS PELOS ATOS DOS FILHOS MENORES	491

2.2. A RESPONSABILIDADE DOS TUTORES E CURADORES PELOS ATOS DOS PUPILOS E CURATELADOS	494
2.3. A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR OU COMITENTE, POR SEUS EMPREGADOS, SERVIÇAIIS E PREPOSTOS	495
2.4. A RESPONSABILIDADE DOS DONOS DE HOTÉIS, HOSPEDARIAS, CASAS OU ESTABELECIMENTOS ONDE SE ALBERGUE POR DINHEIRO, MESMO PARA FINS DE EDUCAÇÃO, PELOS SEUS HÓSPEDES, MORADORES E EDUCANDOS	497
2.5. A RESPONSABILIDADE DOS QUE GRATUITAMENTE HOVEREM PARTICIPADO NOS PRODUTOS DO CRIME	499
3. O RESSARCIMENTO DAQUELE QUE HOVER PAGO: O DIREITO REGRESSIVO	500
4. A NATUREZA DA RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO: SOLIDÁRIA OU SUBSIDIÁRIA? A RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ (ART. 928, CC)	501
5. RESPONSABILIDADE POR FATO DE COISA	503
5.1. FURTO OU ROUBO DE VEÍCULO	504
5.2. PREJUÍZO DECORRENTE DE VEÍCULO EMPRESTADO	504
5.3. VEÍCULO ALIENADO, MAS NÃO TRANSFERIDO NO DETRAN	505
5.4. A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS DE LEASING PELA COISA ARRENDADA	506
5.5. A RESPONSABILIDADE DO DONO OU DETENTOR DO ANIMAL	506
5.6. A RESPONSABILIDADE POR DANOS CAUSADOS EM PRÉDIOS EM RUÍNAS	508
5.7. RESPONSABILIDADE POR COISAS CAÍDAS DO PRÉDIO	509
5.8. A RESPONSABILIDADE DOS EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E DAS EMPRESAS PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	510
6. A TEORIA DO RISCO	513
7. AS VÁRIAS CONCEPÇÕES DA TEORIA DO RISCO	514
7.1. TEORIA DO RISCO CRIADO	514
7.2. TEORIA DO RISCO INTEGRAL	514
7.3. TEORIA DO RISCO PROVEITO	517
8. A RESPONSABILIDADE POR ABUSO DE DIREITO	518
8.1. OS LIMITES AO EXERCÍCIO DO DIREITO	520
23. DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	525
1. A LEGÍTIMA DEFESA	525
2. O EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO E O ESTRITO CUMPRIMENTO DE UM DEVER LEGAL	526
3. O ESTADO DE NECESSIDADE	527
4. OUTRA EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE: A CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR	528
24. DA LIQUIDAÇÃO DE DANOS	531
1. O PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DE DANOS	531
2. MUDANÇA DE PARADIGMA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002: O POLÊMICO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 944 DO CC	532
3. INDENIZAÇÃO EM CASO DE HOMICÍDIO	534
4. INDENIZAÇÃO EM CASO DE LESÃO CORPORAL	538
5. INDENIZAÇÃO EM CASO DE LESÃO CORPORAL QUE INCAPACITE A VÍTIMA PARA O TRABALHO	538
6. INDENIZAÇÃO EM CASO DE USURPAÇÃO OU ESBULHO DO ALHEIO	541

7. INDENIZAÇÃO POR INJÚRIA, DIFAMAÇÃO OU CALÚNIA	542
8. INDENIZAÇÃO EM CASO DE OFENSA À LIBERDADE PESSOAL	542
9. OUTRAS VERBAS INCLUÍDAS NO MONTANTE INDENIZATÓRIO	542
9.1. CORREÇÃO MONETÁRIA	543
9.2. JUROS MORATÓRIOS	544
9.3. 13º SALÁRIO OU GRATIFICAÇÃO NATALINA	545
10. SEGURO OBRIGATÓRIO E INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. COMPENSAÇÃO?	545
11. LEGITIMADOS A POSTULAR A INDENIZAÇÃO	546
12. PESSOAS OBRIGADAS A REPARAR O DANO	547
13. A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PARA A REPARAÇÃO CIVIL	548

25. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DEMANDA DE DÍVIDA VINCENDA OU DE DÍVIDA JÁ PAGA

551

1. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DEMANDA DE DÍVIDA VINCENDA	551
2. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DEMANDA DE DÍVIDA JÁ PAGA	552
3. A NECESSIDADE DE MÁ-FÉ DO CREDOR. A SÚMULA 159 DO STF	552
4. A NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE ORIUNDA DOS ARTS. 939 E 940 DO CC: SUBJETIVA OU OBJETIVA?	554
5. O AFASTAMENTO DAS SANÇÕES POR DESISTÊNCIA DA AÇÃO	554

26. PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM RELAÇÃO À PENAL

557

1. A RELATIVIDADE DA INDEPENDÊNCIA ENTRE OS JUÍZOS CÍVEL E CRIMINAL	557
2. CONCLUSÕES NECESSÁRIAS	558

27. RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE DE PESSOAS

561

1. O CONTRATO DE TRANSPORTE. CLÁUSULA DE INCOLUMIDADE. REGRAS GERAIS	561
2. AS DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR	563
3. O PORQUÊ DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR EM RELAÇÃO AOS PASSAGEIROS	565
4. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR	565
5. O TRANSPORTE GRATUITO. A "CARONA"	568
5.1. O TRANSPORTE APARENTEMENTE GRATUITO	568
5.2. O TRANSPORTE PURAMENTE GRATUITO	569
6. O TRANSPORTE CLANDESTINO	571

28. A RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO

573

1. A RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO. NOTAS INTRODUTÓRIAS	573
2. O CONSUMIDOR	574
2.1. A CORRENTE FINALISTA OU SUBJETIVISTA	576
2.2. A CORRENTE MAXIMALISTA OU OBJETIVISTA	577
2.3. AS DUAS CORRENTES E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	577
2.4. O FINALISMO ATENUADO	578

2.5. OUTROS CONSUMIDORES PELO CDC:	
PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º, ART. 17 E ART. 29....	579
3. O FORNECEDOR	581
4. O PRODUTO... ..	583
5. O SERVIÇO	584
5.1. AS ATIVIDADES DE NATUREZA BANCÁRIA, FINANCEIRA, DE CRÉDITO E SECURITÁRIA	584
5.2. A REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO: DIRETA OU INDIRETA	586
5.3. OS SERVIÇOS PÚBLICOS	587
6. A NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO...	590
7. A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO	591
8. A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DO PRODUTO OU SERVIÇO, O ACIDENTE DE CONSUMO.....	593
9. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	594

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

29. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	599
1. O CONTRATO COMO NEGÓCIO JURÍDICO.....	599
2. CONCEITO DE CONTRATO	599
3. O CONTRATO COMO FONTE DAS OBRIGAÇÕES	600
4. A IMPORTÂNCIA DOS CONTRATOS	601
5. O DIÁLOGO DAS FONTES: O CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	601
6. A PRETENSA CRISE DOS CONTRATOS	603
30. OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	605
1. A PRINCIPIOLOGIA CLÁSSICA.....	605
2. A NOVA PRINCIPIOLOGIA. A TEORIA PRECEPTIVA	606
2.1. O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA E OS SEUS SUBPRINCÍPIOS: A LIBERDADE CONTRATUAL, O CONSENSUALISMO E A RELATIVIDADE DOS EFEITOS DOS CONTRATOS	606
3. A OBRIGATORIEDADE CONTRATUAL (<i>O PACTA SUNT SERVANDA</i>)	611
4. A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS	612
4.1. A REDAÇÃO EQUIVOCADA DO ART. 421 DO CC, AGORA, CORRIGIDA PELA LEI Nº 13.874/19 (LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA)	615
4.2. O SUBPRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO OU PRESERVAÇÃO DOS CONTRATOS	617
5. A BOA-FÉ OBJETIVA	617
5.1. BOA-FÉ OBJETIVA E BOA-FÉ SUBJETIVA: UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA	618
5.2. AS FUNÇÕES DA BOA-FÉ OBJETIVA	619
5.3. TEORIAS QUE DECORREM DA BOA-FÉ OBJETIVA	624
6. A JUSTIÇA CONTRATUAL.....	628
31. A CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	631
1. QUANTO AO MOMENTO DO APERFEIÇOAMENTO DO CONTRATO.....	631

2. QUANTO ÀS FORMALIDADES EXIGIDAS	631
3. QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DAS PARTES	632
4. QUANTO AO SACRIFÍCIO PATRIMONIAL SOFRIDO	632
5. QUANTO À PREVISÃO LEGAL	633
6. QUANTO AO TEMPO DE EXECUÇÃO OU MOMENTO DO CUMPRIMENTO	633
7. QUANTO À PESSOALIDADE	634
8. QUANTO À INDEPENDÊNCIA	634
9. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO OU DISCUSSÃO DAS PARTES ACERCA DO CONTEÚDO DO CONTRATO	634
10. QUANTO AOS RISCOS	636
11. VISÃO TOPOGRÁFICA ACERCA DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	637
11.1. QUANTO AO MOMENTO DO APERFEIÇOAMENTO DO CONTRATO	637
11.2. QUANTOS ÀS FORMALIDADES EXIGIDAS	637
11.3. QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DAS PARTES	637
11.4. QUANTO AO SACRIFÍCIO PATRIMONIAL SOFRIDO	638
11.5. QUANTO À PREVISÃO LEGAL	638
11.6. QUANTO AO MOMENTO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO	638
11.7. QUANTO À PESSOALIDADE	638
11.8. QUANTO À INDEPENDÊNCIA	638
11.9. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO OU DISCUSSÃO DAS PARTES ACERCA DO CONTEÚDO DO CONTRATO	638
11.10. QUANTO AOS RISCOS	638

32. REQUISITOS DE EXISTÊNCIA E VALIDADE DOS CONTRATOS

639

1. REQUISITOS SUBJETIVOS	639
2. REQUISITOS OBJETIVOS	641
3. REQUISITOS FORMAIS	641

33. A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

643

1. DAS NEGOCIAÇÕES PRELIMINARES OU FASE DA PONTUAÇÃO	643
2. FASE DA PROPOSTA	645
3. FASE DA ACEITAÇÃO	646
4. LUGAR DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	648

34. O CONTRATO PRELIMINAR

651

1. OS REQUISITOS DO CONTRATO PRELIMINAR	652
2. A AUSÊNCIA DE CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO	652
3. ESPÉCIES DE CONTRATO PRELIMINAR	653
4. O REGISTRO DA PROMESSA	653

35. EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS

655

1. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO	655
2. PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO	657
2.1. OS EFEITOS DA PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO	657

3. CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR (ARTS. 467/ 471, CC)	657
3.1. CLÁUSULA <i>PRO AMICO ELIGENDO</i> ...	658
3.2. A INDICAÇÃO DO TERCEIRO	658
3.3. EFEITO <i>EX TUNC</i> DA ACEITAÇÃO DO TERCEIRO	658

36. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS **659**

1. AS SISTEMÁTICAS EXISTENTES NO CÓDIGO CIVIL E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	659
2. UM CONCEITO GENÉRICO PARA OS VÍCIOS REDIBITÓRIOS	659
3. OS VÍCIOS REDIBITÓRIOS PELO CÓDIGO CIVIL	660
3.1. O DEFEITO NA COISA	661
3.2. OS EFEITOS DO VÍCIO	662
3.3. PRAZO DECADENCIAL PARA O AJUIZAMENTO DAS AÇÕES EDILÍCIAS	663
3.4. DIFERENÇA ENTRE VÍCIO REDIBITÓRIO E ERRO	666
4. OS VÍCIOS DO PRODUTO OU SERVIÇO PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	666

37. DA EVICÇÃO **669**

1. COMPREENDENDO A EVICÇÃO	669
2. AS PARTES NA EVICÇÃO OU OS ELEMENTOS SUBJETIVOS DA EVICÇÃO	671
3. A EXIGÊNCIA DO CONTRATO ONEROSO	671
4. A POSSIBILIDADE DA PROTEÇÃO INCIDENTE NAS AQUISIÇÕES EM HASTA PÚBLICA	671
5. AS CONSEQUÊNCIAS DA EVICÇÃO	673
6. A EVICÇÃO COMO CAUSA IMPEDITIVA DA PRESCRIÇÃO	673
7. A CLÁUSULA DE REFORÇO, DIMINUIÇÃO E EXCLUSÃO DA GARANTIA. A CLÁUSULA DE ASSUNÇÃO OU CIÊNCIA DO RISCO	673
8. AS MANIFESTAÇÕES DA PERDA (TOTAL OU PARCIAL) E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	674
9. A DETERIORAÇÃO OU BENFEITORIA NO OBJETO DA EVICÇÃO	675
10. A DENUNCIAÇÃO DA LIDE NA EVICÇÃO	676

38. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS **679**

1. FORMA NORMAL OU NATURAL DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	679
2. EXTINÇÃO DO CONTRATO POR FATOS ANTERIORES OU CONTEMPORÂNEOS À SUA CELEBRAÇÃO	680
2.1. A INVALIDADE CONTRATUAL	680
2.2. CLÁUSULA RESOLUTIVA	681
2.3. CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO	682
3. EXTINÇÃO DO CONTRATO POR FATOS POSTERIORES À SUA CELEBRAÇÃO	682
4. EXTINÇÃO DO CONTRATO POR MORTE	683
5. AS DIVERSAS ACEPTÕES DA PALAVRA "RESCISÃO"	684
6. A EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO (<i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i>)	684
7. A <i>EXCEPTIO NON RITE ADIMPLETI CONTRACTUS</i>	685
8. A CLÁUSULA <i>SOLVE ET REPETE</i>	686
9. VISÃO TOPOGRAFIA DAS MANIFESTAÇÕES EXTINTIVAS DE UM CONTRATO	686

39. A REVISÃO DOS CONTRATOS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	689
1. A CLÁUSULA <i>REBUS SIC STANTIBUS</i>	689
2. TEORIAS APLICÁVEIS QUANDO DA ONEROSIDADE EXCESSIVA	691
2.1. A TEORIA DA IMPREVISÃO	691
2.2. A TEORIA DA QUEBRA DA BASE OBJETIVA DO NEGÓCIO JURÍDICO	696
3. QUADRO COMPARATIVO	698
4. NOTAS SOBRE A LEI Nº 14.010/2020 (LEI DO RJET) E SEUS REFLEXOS NA REVISÃO CONTRATUAL	698

DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

40. DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA	703
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	703
2. ELEMENTOS DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA	703
2.1. AS PARTES	703
2.2. A COISA	704
2.3. O PREÇO	704
3. NATUREZA JURÍDICA	705
4. OS RISCOS DA COISA E DO PREÇO	706
5. O LUGAR EM QUE DEVERÁ OCORRER A TRADIÇÃO	706
6. A VENDA POR AMOSTRAS, PROTÓTIPOS OU MODELOS	707
7. AS COISAS VENDIDAS CONJUNTAMENTE	707
8. CLASSIFICAÇÃO DA VENDA DE IMÓVEIS: <i>AD MENSURAM E AD CORPUS</i>	707
9. RESTRIÇÕES À COMPRA E VENDA	709
9.1. DA VENDA DE ASCENDENTES A DESCENDENTES	709
9.2. DA VENDA DE BENS SOB ADMINISTRAÇÃO	711
9.3. DA VENDA DE BENS ENTRE CÔNJUGES	712
9.4. DA VENDA DE BENS EM CONDOMÍNIO	713
10. CLÁUSULAS ESPECIAIS NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA	715
10.1. A RETROVENDA	715
10.2. DA VENDA A CONTENTO E SUJEITA A PROVA	716
10.3. PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA OU PRELAÇÃO CONVENCIONAL	717
10.4. DA VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO	719
10.5. DA VENDA SOBRE DOCUMENTOS	721

41. DO CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA	723
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	723
2. NATUREZA JURÍDICA	723
3. TRAÇOS DISTINTIVOS DA PERMUTA EM RELAÇÃO À COMPRA E VENDA	724

42. DO CONTRATO ESTIMATÓRIO	725
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	725
2. AS PARTES NO CONTRATO ESTIMATÓRIO	725

3. NATUREZA JURÍDICA	726
4. CARACTERES JURÍDICOS	726
5. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS.....	726

43. DO CONTRATO DE DOAÇÃO..... 729

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	729
2. NATUREZA JURÍDICA	729
3. DA ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO	730
4. CLASSIFICAÇÃO DA DOAÇÃO QUANTO AOS ELEMENTOS ACIDENTAIS	730
5. MODALIDADES DE DOAÇÃO	731
6. DOAÇÕES VEDADAS	732
6.1. DOAÇÃO INOFICIOSA	733
6.2. DOAÇÃO UNIVERSAL	733
6.3. DOAÇÃO DO CÔNJUGE ADÚLTERO AO SEU CÚMPLICE	734
6.4. DOAÇÃO DISSIMULADA	734
6.5. DOAÇÃO DE BENS ALHEIOS	734
7. DOAÇÕES COM RESSALVAS	735
7.1. DOAÇÃO AO NASCITURO	735
7.2. DOAÇÃO DE ASCENDENTE A DESCENDENTE	735
7.3. DOAÇÃO ENTRE CÔNJUGES	736
8. PROMESSA DE DOAÇÃO	736
9. REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO	736
9.1. REVOGAÇÃO POR INGRATIDÃO DO DONATÁRIO.....	737
9.2. REVOGAÇÃO PELO DESCUMPRIMENTO DE UM ENCARGO	738

44. DO CONTRATO DE LOCAÇÃO..... 741

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	741
2. AS PARTES NO CONTRATO DE LOCAÇÃO	741
3. NATUREZA JURÍDICA	741
4. OBRIGAÇÕES DO LOCADOR.....	742
5. OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO	742
6. PERDA OU DETERIORAÇÃO DA COISA DURANTE A LOCAÇÃO.....	742
7. ALIENAÇÃO DA COISA DURANTE A LOCAÇÃO	743
8. SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO	743
9. BENFEITORIAS REALIZADAS PELO LOCATÁRIO	743

45. DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO:..... 745

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	745
2. ESPÉCIES DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO.....	745
3. DO CONTRATO DE COMODATO	745
3.1. AS PARTES NO CONTRATO DE COMODATO.....	746
3.2. NATUREZA JURÍDICA.....	746
3.3. ASPECTOS SUBJETIVOS RELEVANTES NO CONTRATO DE COMODATO.....	746
3.4. OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO E EFEITOS DO CONTRATO DE COMODATO.....	747
3.5. COMODATO COM PRAZO DETERMINADO E INDETERMINADO	748

4. DO CONTRATO DE MÚTUO	748
4.1. AS PARTES NO CONTRATO DE MÚTUO	749
4.2. NATUREZA JURÍDICA	749
4.3. DA RESTITUIBILIDADE	749
4.4. O MÚTUO FEITO A MENOR	750
4.5. O MÚTUO FENERATÍCIO	751

46. DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO **753**

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	753
2. NATUREZA JURÍDICA	753
3. A RETRIBUIÇÃO	754
4. A TEMPORARIEDADE	755
5. O ALICIAMENTO DO PRESTADOR DE SERVIÇO E A TUTELA EXTERNA DO CRÉDITO	756
6. A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	757

47. DO CONTRATO DE EMPREITADA **759**

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	759
2. AS PARTES NO CONTRATO DE EMPREITADA	759
3. DISTINÇÃO NECESSÁRIA: EMPREITADA X PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	759
4. NATUREZA JURÍDICA	760
5. CLASSIFICAÇÃO DA EMPREITADA	760
5.1. QUANTO À DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO A SER PAGA	760
5.2. QUANTO AO MODO DE EXECUÇÃO DO TRABALHO	761
6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO	762
7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA	763

48. DO CONTRATO DE DEPÓSITO **765**

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	765
2. AS PARTES NO CONTRATO DE DEPÓSITO	765
3. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	765
4. NATUREZA JURÍDICA	765
5. MODALIDADES DE DEPÓSITO	766
6. DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO DEPOSITÁRIO	767
7. SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE DEPÓSITO	768
8. A PROBLEMÁTICA DA PRISÃO DO DEPOSITÁRIO INFIEL	768

49. DO CONTRATO DE MANDATO **771**

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	771
2. PARTES NO CONTRATO DE MANDATO	771
3. NATUREZA JURÍDICA	772
4. DA PROCURAÇÃO	772
5. DO SUBSTABELECIMENTO	773
6. MODALIDADES DO CONTRATO DE MANDATO	773
6.1. QUANTO AO PROCURADOR	774
6.2. QUANTO À EXTENSÃO	774

6.3. QUANTO AO CONTEÚDO.....	774
6.4. QUANTO À FINALIDADE.....	774
7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MANDANTE	775
8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO.....	775
9. SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE MANDATO.....	776
9.1. A RESILIÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE MANDATO: A REVOGAÇÃO E A RENÚNCIA.....	776
9.2. A MORTE DE UMA DAS PARTES CONTRATANTES	777
50. DO CONTRATO DE COMISSÃO	779
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	779
2. AS PARTES NO CONTRATO DE COMISSÃO	779
3. NATUREZA JURÍDICA	779
4. A RESPONSABILIDADE DO COMISSÁRIO.....	780
5. DISTINÇÃO NECESSÁRIA: CONTRATO DE COMISSÃO X CONTRATO DE MANDATO	780
6. A CLÁUSULA <i>DEL CREDERE</i>	780
7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO COMISSÁRIO	781
8. DIREITOS E DEVERES DO COMITENTE	782
51. DO CONTRATO DE AGÊNCIA	783
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	783
2. AS PARTES NO CONTRATO DE AGÊNCIA.....	784
3. NATUREZA JURÍDICA	784
4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO AGENTE	784
5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE	785
52. DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	787
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	787
2. AS PARTES NO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	787
3. NATUREZA JURÍDICA.....	787
4. O OBJETO DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	788
53. DO CONTRATO DE CORRETAGEM	789
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	789
2. AS PARTES NOS CONTRATO DE CORRETAGEM.....	789
3. NATUREZA JURÍDICA.....	789
4. A CORRETAGEM COMO OBRIGAÇÃO DE RESULTADO	790
5. A REMUNERAÇÃO DO CORRETOR	790
6. O NEGÓCIO CELEBRADO SEM A INTERMEDIACÃO DO CORRETOR	792
7. APLICAÇÃO DE OUTRAS NORMAS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	793
54. DO CONTRATO DE TRANSPORTE	795
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	795
2. AS PARTES NO CONTRATO DE TRANSPORTE	796

3. NATUREZA JURÍDICA.....	796
4. CLÁUSULA DE INCOLUMIDADE: A OBRIGAÇÃO DE RESULTADO.....	796
5. LEGISLAÇÃO ATINENTE AO CONTRATO DE TRANSPORTE.....	797
6. SOBRE O TRANSPORTE DE PESSOAS.....	798
6.1. AS BAGAGENS DO PASSAGEIRO.....	798
6.2. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PASSAGEIRO.....	799
6.3. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO TRANSPORTADOR.....	799
6.4. AS DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR.....	800
6.5. O PORQUÊ DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR EM RELAÇÃO AOS PASSAGEIROS.....	801
6.6. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR.....	802
6.7. O TRANSPORTE GRATUITO. A "CARONA".....	804
6.8. O TRANSPORTE CLANDESTINO.....	808
7. SOBRE O TRANSPORTE DE COISAS.....	808
7.1. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO EXPEDIDOR.....	808
7.2. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO TRANSPORTADOR.....	809
7.3. A INTERRUPÇÃO NO TRANSPORTE.....	809

55. DO CONTRATO DE SEGURO..... 811

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	811
2. AS PARTES NO CONTRATO DE SEGURO.....	811
3. NATUREZA JURÍDICA.....	812
4. CARACTERES JURÍDICOS.....	812
4.1. A APÓLICE.....	812
4.2. O COSSEGURO E O RESSEGURO.....	814
4.3. A BOA-FÉ NO CONTRATO DE SEGURO.....	814
4.4. O VALOR DA INDENIZAÇÃO: A VEDAÇÃO AO SOBRESSEGURO.....	816
4.5. A APLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	816
5. DO SEGURO DE DANO.....	817
6. DO SEGURO DE PESSOA.....	821
6.1. O OBJETO DO SEGURO DE PESSOA.....	821
6.2. O CAPITAL SEGURADO.....	822
6.3. SEGURO DE VIDA: CASO DE MORTE OU CASO DE VIDA.....	823
6.4. O SUICÍDIO DO SEGURADO.....	824
6.5. A RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA EM CASO DE MORTE DO SEGURADO EM ATIVIDADE ARRISCADA.....	826
6.6. A IMPOSSIBILIDADE DE SUB-ROGAÇÃO DA SEGURADORA.....	826
6.7. O SEGURO EM GRUPO OU COLETIVO.....	826
6.8. A IRRESPONSABILIDADE DA SEGURADORA EM RELAÇÃO A TRATAMENTOS MÉDICOS OU GASTOS HOSPITALARES.....	827
7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR.....	827
8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO SEGURADO.....	828
9. SEGURO X PROTEÇÃO VEICULAR.....	829

56. DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE RENDA..... 831

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	831
2. A CONSTITUIÇÃO DE RENDA SOB OUTRO PRISMA	831
3. NATUREZA JURÍDICA	832
4. A POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DE CLÁUSULAS RESTRITIVAS DE DIREITO	833
5. A DURAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE RENDA	833
6. EFEITOS JURÍDICOS	834

57. DO CONTRATO DE JOGO E APOSTA 837

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	837
2. NATUREZA JURÍDICA	837
3. CLASSIFICAÇÃO DOS JOGOS	838
4. A INEXIGIBILIDADE DO QUE FOI EMPRESTADO PARA O JOGO OU A APOSTA	840
5. CONTRATOS SOBRE TÍTULOS DA BOLSA, MERCADORIAS E VALORES	841
6. O SORTEIO PARA DIRIMIR QUESTÕES OU PARA DIVIDIR COISAS COMUNS	841

58. DO CONTRATO DE FIANÇA 843

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	843
2. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	843
3. NATUREZA JURÍDICA	844
4. AS PARTES NO CONTRATO DE FIANÇA	845
5. ESPÉCIES DE FIANÇA	846
6. DO OBJETO DA FIANÇA	847
7. DOS EFEITOS DA FIANÇA	847
7.1. O BENEFÍCIO DE ORDEM	847
7.2. O AFASTAMENTO DO BENEFÍCIO DE ORDEM	848
7.3. ALGUNS DIREITOS DO FIADOR	848
7.4. A PLURALIDADE DE FIADORES: A FIANÇA CONJUNTA	849
7.5. A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE O FIADOR E O DEVEDOR	849
8. DA EXTINÇÃO DA FIANÇA	850
9. DA (IM)PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR	851
10. PRAZO PARA O FIADOR COBRAR O PAGAMENTO DO DEVEDOR PRINCIPAL	852

59. DO CONTRATO DE TRANSAÇÃO 853

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	853
2. NATUREZA JURÍDICA	853
3. MODALIDADES DE TRANSAÇÃO	854
4. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO	854
5. CARACTERES JURÍDICOS	854
6. A ANULAÇÃO DA TRANSAÇÃO	856

60. DO CONTRATO DE COMPROMISSO 859

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	859
2. NATUREZA JURÍDICA	859
3. CLASSIFICAÇÃO DO COMPROMISSO	859
4. DO OBJETO DO COMPROMISSO	860

5. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	860
6. DA CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM	861

DIREITO DAS COISAS

61. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO DAS COISAS	865
1. POLÊMICA TERMINOLÓGICA: DIREITO DAS COISAS OU DIREITOS REAIS?	865
2. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO PARA OS DIREITOS REAIS	865
3. TEORIAS ACERCA DOS DIREITOS REAIS	866
4. DIREITOS REAIS X DIREITOS PESSOAIS DE CUNHO PATRIMONIAL (DIREITOS OBRIGACIONAIS)	866
4.1. QUANTO AO SUJEITO	867
4.2. QUANTO AO OBJETO	867
4.3. QUANTO À EFICÁCIA	867
4.4. QUANTO À TRANSITORIEDADE	867
4.5. QUANTO À POSSIBILIDADE DE PERSEGUIR A COISA (SEQUELA)	868
4.6. QUANTO À TAXATIVIDADE	868
4.7. QUANTO À PREFERÊNCIA	869
QUADRO COMPARATIVO:	870
5. INSTITUTOS DE NATUREZA HÍBRIDA	870
5.1. OBRIGAÇÃO PROPTER REM OU OBRIGAÇÃO REAL	870
5.2. OBRIGAÇÕES COM EFICÁCIA REAL	871
5.3. ÔNUS REAL	871
6. UMA CLASSIFICAÇÃO NECESSÁRIA ACERCA DO DIREITO DAS COISAS	872
62. DA POSSE	875
1. TEORIAS EXPLICATIVAS DA POSSE	875
1.1. TEORIA SUBJETIVA DA POSSE DE SAVIGNY	875
1.2. TEORIA OBJETIVA DA POSSE DE IHERING	876
1.3. TEORIAS SOCIOLÓGICAS DA POSSE	877
1.4. SÍNTESE DAS TEORIAS EXPLICATIVAS DA POSSE	880
2. NATUREZA JURÍDICA DA POSSE	881
3. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE	881
3.1. DESDOBRAMENTO DA POSSE: POSSE INDIRETA E POSSE DIRETA	882
3.2. POSSE EXCLUSIVA E COMPOSSE	884
3.3. POSSE JUSTA E POSSE INJUSTA	885
3.4. POSSE DE BOA-FÉ E POSSE DE MÁ-FÉ	888
3.5. POSSE NOVA E POSSE VELHA	890
3.6. POSSE NATURAL E POSSE CIVIL OU JURÍDICA	890
3.7. POSSE <i>AD INTERDICTA</i> E <i>POSSE AD USUCAPIONEM</i>	890
4. DETENÇÃO	891
4.1. HIPÓTESES DE DETENÇÃO	892
5. AQUISIÇÃO DA POSSE	0
CONSTITUTO POSSESSÓRIO	899
6. EFEITOS DA POSSE	900

6.1. DIREITO AOS FRUTOS	900
6.2. RESPONSABILIDADE PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO DA COISA	901
6.3. DIREITO ÀS BENFEITORIAS	902
6.4. DIREITO À USUCAPIÃO	904
6.5. DIREITO À AUTOTUTELA OU AUTODEFESA	904
6.6. DIREITO ÀS AÇÕES POSSESSÓRIAS	905
63. DA PROPRIEDADE. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	907
1. CONCEITUAÇÃO E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: AÇÃO REIVINDICATÓRIA	907
2. A INAFASTÁVEL FUNÇÃO SOCIAL	909
3. A ABRANGÊNCIA DA PROPRIEDADE	911
4. ESPÉCIES DE PROPRIEDADE	912
5. PRINCIPAIS ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE	913
6. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL INDIRETA	914
7. DA DESCOBERTA	918
8. MODOS AQUISITIVOS DA PROPRIEDADE IMÓVEL	918
64. DA USUCAPIÃO	921
1. ETIMOLOGIA E CONCEITO	921
2. USUCAPIÃO: MODO ORIGINÁRIO DE SE ADQUIRIR A PROPRIEDADE	924
3. A COISA HÁBIL A SER USUCAPIDA (<i>RES HABILIS</i>)	925
4. MODALIDADES DE USUCAPIÃO DE BENS IMÓVEIS	926
4.1. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA	926
4.2. USUCAPIÃO ORDINÁRIA	929
4.3. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL OU ESPECIAL	931
4.4. USUCAPIÃO FAMILIAR OU USUCAPIÃO POR ABANDONO DE LAR	938
4.5. USUCAPIÃO INDÍGENA	951
65. DO REGISTRO	963
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	963
2. SISTEMAS AFETOS À AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA	964
3. A PRESUNÇÃO RELATIVA DE PROPRIEDADE GERADA PELO REGISTRO	964
4. PRINCÍPIOS QUE REGEM O ATO REGISTRAL	965
4.1. PRINCÍPIO DA INSTÂNCIA	965
4.2. PRINCÍPIO DA CONSTITUTIVIDADE	965
4.3. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE	966
4.4. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE OU ESPECIALIZAÇÃO	966
4.5. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	966
4.6. PRINCÍPIO DA PRIORIDADE OU PREFERÊNCIA	967
4.7. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	968
4.8. PRINCÍPIO DA FORÇA PROBANTE	968
66. DA ACESSÃO	971
1. DELIMITANDO A ACESSÃO E SUAS MODALIDADES	971
2. ACESSÃO NATURAL (ARTS. 1249/1252, CC)	971

2.1. FORMAÇÃO DE ILHAS (ART. 1249, CC)	972
2.2. ALUVIÃO (ART. 1250, CC)	972
2.3. AVULSÃO (ART. 1251, CC)	972
2.4. ÁLVEO ABANDONADO (ART. 1252, CC)	972
3. ACESSÃO ARTIFICIAL (ARTS. 1253/1259, CC)	973

67. MODOS AQUISITIVOS DA PROPRIEDADE MÓVEL 977

1. DA USUCAPIÃO DE BENS MÓVEIS	977
1.1. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA (ART. 1.261, CC)	977
1.2. USUCAPIÃO ORDINÁRIA (ART. 1260, CC)	977
2. DA OCUPAÇÃO	978
3. DO ACHADO DE TESOURO (ART. 1264/1266, CC)	978
4. TRADIÇÃO (ART. 1267/1268, CC)	978
5. ESPECIFICAÇÃO (ARTS. 1269/1271, CC)	979
6. CONFUSÃO/COMISTÃO/ADJUNÇÃO (ARTS. 1272/1274, CC)	979
7. PERDA DA PROPRIEDADE	980

68. DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA 981

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	981
2. DO USO ANORMAL DA PROPRIEDADE	982
3. ÁRVORES LIMÍTROFES	984
4. DA PASSAGEM FORÇADA	985
5. PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES	986
6. ÁGUAS	986
7. DOS LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DO DIREITO DE TAPAGEM	990
8. DO DIREITO DE CONSTRUIR	991

69. DO CONDOMÍNIO GERAL 995

1. CLASSIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO	995
1.1. QUANTO À ORIGEM	995
1.2. QUANTO AO SEU OBJETO	996
1.3. QUANTO À FORMA	996
1.4. QUANTO À TRANSITORIEDADE	996
2. ESPÉCIES DE CONDOMÍNIO DISCIPLINADAS NO CÓDIGO CIVIL	996
3. DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS (ARTS. 1.314 A 1.320, CC)	996
4. DIVISÃO DO CONDOMÍNIO	997
5. ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO (ARTS. 1.323 A 1.325, CC)	998

70. DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO 999

1. INTRODUÇÃO	999
2. NATUREZA JURÍDICA DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO	1000
3. CONDOMÍNIO EDILÍCIO. CARACTERIZAÇÃO	1001
4. INSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO CONDOMÍNIO	1001
5. DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS	1004
6. OBRAS NO CONDOMÍNIO	1009

7. O CONDOMÍNIO DE LOTES	1010
8. O LOTEAMENTO DE ACESSO CONTROLADO	1014
9. O CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES	1014

71. DA MULTIPROPRIEDADE OU TIME SHARING

1017

1. A LEI Nº 13.777/18 E A MULTIPROPRIEDADE IMOBILIÁRIA	1017
2. DISCIPLINA LEGAL E DEFINIÇÃO	1018
3. MULTIPROPRIEDADE: DIREITO REAL SOBRE COISA PRÓPRIA	1019
4. DOS DIREITOS E DEVERES DO MULTIPROPRIETÁRIO	1020
5. A ALIENAÇÃO DA UNIDADE PERIÓDICA	1021
6. O OBJETO DA MULTIPROPRIEDADE	1021
7. A MULTIPROPRIEDADE EM UNIDADE AUTÔNOMA DE CONDOMÍNIO EDÍLIO	1022
8. FRAÇÃO DE TEMPO	1024
9. A INSTITUIÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO DA MULTIPROPRIEDADE	1024
10. A PENHORABILIDADE DA UNIDADE PERIÓDICA E A IMPENHORABILIDADE DOS MÓVEIS QUE A GUARNECEM	1026
11. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES POR PARTE DO MULTIPROPRIETÁRIO	1026
12. A PREVISÃO DE RENÚNCIA TRANSLATIVA NA LEI	1027

72. DA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E O DESFAZIMENTO DO CONTRATO PELA LEI Nº 13.786/18

1029

1. NOÇÕES DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA	1029
2. EXIGÊNCIA DE QUADRO-RESUMO	1029
3. POSSIBILIDADE DE CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA	1031
4. DESFAZIMENTO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO	1032
5. DIREITO DE ARREPENDIMENTO	1036
6. AFASTAMENTO DAS REGRAS DA LEI Nº 4.591/64	1036
7. ALGUMAS NOTAS SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEI Nº 6.766/79 PROMOVIDAS PELA LEI Nº 13.786/18	1037

73. DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA E DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL

1039

74. DA ENFITEUSE

1045

75. DA SUPERFÍCIE

1049

76. DAS SERVIDÕES

1055

1. COMPREENDENDO E DELIMITANDO AS CARACTERÍSTICAS DA SERVIDÃO	1055
2. MODALIDADES DE SERVIDÃO	1056
3. MODOS DE CONSTITUIÇÃO DA SERVIDÃO	1057
4. AÇÕES REFERENTES ÀS SERVIDÕES	1058
5. EXTINÇÃO DA SERVIDÃO	1058
6. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS: SERVIDÃO DE PASSAGEM X PASSAGEM FORÇADA	1059

77. DO USUFRUTO	1061
1. OS CONTORNOS DO INSTITUTO. CARACTERÍSTICAS	1061
2. CONSTITUIÇÃO DO USUFRUTO	1063
3. OBJETO DO USUFRUTO	1063
4. DIREITOS E DEVERES DO USUFRUTUÁRIO	1063
5. EXTINÇÃO DO USUFRUTO	1065
78. DO USO	1067
79. DA HABITAÇÃO	1069
80. DIREITO REAL À AQUISIÇÃO: DO DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR	1071
81. DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1073
1. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	1073
2. REGRAS GERAIS	1073
3. EFEITOS DO DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1074
4. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA	1075
5. VEDAÇÃO AO PACTO COMISSÓRIO REAL	1075
6. GARANTIA REAL PRESTADA POR TERCEIRO	1077
7. PENHOR	1077
7.1. ESPÉCIES DE PENHOR	1078
7.2. DIREITOS E DEVERES DO CREDOR PIGNORATÍCIO	1079
7.3. EXTINÇÃO DO PENHOR	1080
8. HIPOTECA	1080
8.1. OBJETO DA HIPOTECA	1081
8.2. ALGUMAS ESPÉCIES DE HIPOTECA	1081
8.3. ALIENAÇÃO DE BEM HIPOTECADO	1081
8.4. PLURALIDADE DE HIPOTECAS	1082
8.5. DIREITO DE REMIÇÃO	1083
8.6. EXTINÇÃO DA HIPOTECA	1084
9. ANTICRESE	1085
82. DIREITO REAL DE LAJE	1087
1. INTRODUÇÃO	1087
2. NATUREZA JURÍDICA	1088
3. CARACTERÍSTICAS E EFEITOS	1090
4. A AQUISIÇÃO DO DIREITO REAL DE LAJE	1092
5. A EXTINÇÃO DA LAJE EM VIRTUDE DA RUÍNA DA CONSTRUÇÃO-BASE	1093
6. REFLEXO NO ÂMBITO PROCESSUAL	1093
7. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	1093

DIREITO DE FAMÍLIA

83. INTRODUÇÃO SOBRE O NOVIDADEIRO CONCEITO DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E A FAMÍLIA CONSTITUCIONALIZADA...

1097

84. PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA.

1099

1. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	1099
2. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE	1100
3. PRINCÍPIO DA PLURALIDADE DAS ENTIDADES FAMILIARES	1100
4. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS	1101
5. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS FILHOS	1101
6. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE	1101
7. PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO OU PROIBIÇÃO DE INTERFERÊNCIA	1102
8. PRINCÍPIO DA MONOGAMIA	1102
9. PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE	1103
10. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL	1105
11. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA	1105

85. DO CASAMENTO.

1107

1. INTRODUÇÃO	1107
2. A NATUREZA JURÍDICA DO CASAMENTO	1107
3. CAUSAS IMPEDITIVAS DO CASAMENTO	1108
4. CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO	1110
5. PRESSUPOSTOS DO CASAMENTO	1111
5.1. DO CASAMENTO NULO	1113
5.2. DO CASAMENTO ANULÁVEL	1114
5.3. O CASAMENTO DO DEFICIENTE APÓS A ENTRADA EM VIGOR DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1120
6. DO CASAMENTO PUTATIVO	1122
7. DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO	1123
8. DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO	1124
9. DA POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO	1125
10. FORMAS ESPECIAIS DE REALIZAR O CASAMENTO	1126
10.1. O CASAMENTO CELEBRADO EM CASO DE MOLÉSTIA GRAVE	1126
10.2. O CASAMENTO NUNCUPATIVO	1126
10.3. O CASAMENTO POR PROCURAÇÃO	1127
11. DAS PROVAS DO CASAMENTO	1128
12. DOS EFEITOS DO CASAMENTO	1129
12.1. OS DEVERES CONJUGAIS	1130

86. DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL

1135

1. GENERALIDADES SOBRE A MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DUALISTA	1135
--	------

2. NECESSÁRIAS CONCLUSÕES ADVINDAS COM A EC Nº 66/2010.....	1138
3. COMPARAÇÃO ENTRE A SEPARAÇÃO E O DIVÓRCIO.....	1139
3.1. MODALIDADES DE SEPARAÇÃO.....	1142
4. A ACEITAÇÃO DO DIVÓRCIO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL.....	1147
4.1. COM A CHEGADA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A EC Nº 66/2010.....	1151
4.2. O DIVÓRCIO DIANTE DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	1152

87. REGIME DE BENS..... 1155

1. VISÃO TOPOGRÁFICA E RELEVANTES PREMISSAS ACERCA DO TEMA.....	1155
2. O REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS (REGIME DA SEPARAÇÃO DE BENS LEGAL OU COGENTE).....	1159
2.1. A SÚMULA 377 DO STF.....	1162
2.2. DIFERENCIANDO A SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DA SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS.....	1163
2.3. A DOAÇÃO ENTRE CÔNJUGES CASADOS SOB O REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS.....	1164
3. O REGIME DA SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS.....	1165
4. O REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....	1165
4.1. BENS E OBRIGAÇÕES QUE SERÃO EXCLUÍDOS DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL.....	1166
4.2. O QUE SE COMUNICA NO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....	1170
4.3. QUANTO À ADMINISTRAÇÃO DOS BENS NO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL.....	1171
5. O REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.....	1171
6. O REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS.....	1173
7. REGRAS FINAIS ACERCA DOS REGIMES DE BENS.....	1176
8. A VÊNIA CONJUGAL.....	1177
9. A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO POR UM DOS CÔNJUGES.....	1181

88. DA UNIÃO ESTÁVEL..... 1183

1. A UNIÃO ESTÁVEL E O ABANDONO DE DESIGNAÇÕES DISCRIMINATÓRIAS.....	1183
2. AS LEIS Nº 8.971/94 E Nº 9.278/96: UM DIFÍCIL COMEÇO.....	1185
3. PARÂMETROS PARA A CONFIGURAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL.....	1185
4. OS EFEITOS DA UNIÃO ESTÁVEL.....	1190
5. A CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO.....	1191

89. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO..... 1195

1. O QUE É O PARENTESCO E COMO ELE SE MANIFESTA.....	1195
2. DA FILIAÇÃO.....	1197
3. DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS.....	1204
4. DA ADOÇÃO.....	1207
4.1. CLASSIFICAÇÃO.....	1207
4.2. O QUE É A ADOÇÃO?.....	1209
4.3. REQUISITOS PARA QUE OCORRA A ADOÇÃO.....	1209
4.4. ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA.....	1211

4.5. EFEITOS DA ADOÇÃO	1211
4.6. AS LISTAS DE ADOÇÃO	1212
90. DO PODER FAMILIAR	1213
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	1213
2. O CONTEÚDO DO PODER FAMILIAR E A LEI DA PALMADA	1214
3. DA EXTINÇÃO, SUSPENSÃO E PERDA DO PODER FAMILIAR	1217
4. DA ALIENAÇÃO PARENTAL	1220
91. DOS ALIMENTOS	1223
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	1223
2. A FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS E AS PARTES ENVOLVIDAS	1224
3. CARACTERÍSTICAS DOS ALIMENTOS:	1227
4. A POSSIBILIDADE DE LEVANTAMENTO DE SALDO DE CONTA VINCULADA AO FGTS	1235
5. ALIMENTOS GRAVÍDICOS	1235
6. CLASSIFICAÇÕES DOS ALIMENTOS	1237
6.1. QUANTO À CAUSA JURÍDICA OU FONTE:	1237
6.2. QUANTO À NATUREZA OU EXTENSÃO:	1237
6.3. QUANTO À FINALIDADE	1238
6.4. QUANTO AO MOMENTO EM QUE SÃO RECLAMADOS	1238
6.5. QUANTO À FORMA DO PAGAMENTO:	1239
7. A POSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS E A SÚMULA 309 DO STJ	1239
8. A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AJUIZAR A AÇÃO DE ALIMENTOS	1240
9. EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS	1240
92. DA TUTELA, DA CURATELA, DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA E DA GUARDA	1243
1. DA TUTELA	1243
1.1. FORMAS ORDINÁRIAS DE TUTELA	1244
1.2. FORMAS ESPECIAIS DE TUTELA	1245
1.3. DAQUELES QUE NÃO PODEM SER TUTORES	1245
1.4. DAS PESSOAS DISPENSADAS DE PRESTAR TUTELA	1246
1.5. DO EXERCÍCIO DA TUTELA	1247
1.6. DA CESSAÇÃO DA TUTELA	1251
2. DA CURATELA	1251
3. DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA	1257
4. DA GUARDA	1260
93. DO BEM DE FAMÍLIA	1265
94. DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO	1267
1. INTRODUÇÃO	1267

2. A QUESTÃO DOS PRINCÍPIOS NO PÓS-POSITIVISMO: A ATRIBUIÇÃO DE QUALIDADE NORMATIVA	1267
3. AFETO: PRINCÍPIO OU VALOR? EIS A QUESTÃO... ..	1268
4. A PRETENSÃO ADEQUAÇÃO DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL A UM CASO CONCRETO DE ABANDONO AFETIVO PATERNO-FILIAL	1269
5. PRINCÍPIO DA IGUALDADE: UMA PROPOSIÇÃO ACERCA DA EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	1271
6. ANÁLISE DA DECISÃO PROFERIDA NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.159.242 – SP: NOTADA CONFUSÃO SEMÂNTICA	1273

DIREITO DAS SUCESSÕES

95. VISÃO GERAL DO DIREITO SUCESSÓRIO	1281
1. INTRODUÇÃO	1281
2. CLASSIFICAÇÕES DE SUCESSÃO	1282
2.1. QUANTO À FONTE DO DIREITO SUCESSÓRIO	1282
2.2 QUANTO AOS EFEITOS DA SUCESSÃO	1283
3. SUCESSORES	1284
3.1. HERDEIROS TESTAMENTÁRIOS OU INSTITUÍDOS	1285
3.2 HERDEIROS LEGÍTIMOS	1285
3.3. LEGATÁRIOS	1285
4. A HERANÇA E SEUS LIMITES	1285
4.1. CARACTERÍSTICAS DA HERANÇA	1286
4.2. AS FORÇAS DA HERANÇA	1288
4.3. ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA	1288
5. ABERTURA DA SUCESSÃO	1289
5.1. O <i>DROIT DE SAISINE</i>	1289
5.2. LOCAL DA ABERTURA DA SUCESSÃO	1290
5.3. A LEI QUE REGE A SUCESSÃO ABERTA	1290
6. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	1290
6.1. HIPÓTESES DE FALTA DE LEGITIMIDADE PARA A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	1291
7. ACEITAÇÃO DA HERANÇA	1292
7.1. CARACTERÍSTICAS DA ACEITAÇÃO	1292
7.2. ESPÉCIES DE ACEITAÇÃO	1293
8. RENÚNCIA À HERANÇA	1293
8.1. MODALIDADES DE RENÚNCIA	1294
8.2. EFEITOS DA RENÚNCIA	1294
9. A POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DE CLÁUSULAS RESTRITIVAS DE DIREITO EM RELAÇÃO AOS BENS QUE COMPÕEM A LEGÍTIMA	1294
 96. DA EXCLUSÃO POR INDIGNIDADE E DA DESERDAÇÃO	 1297
1. DA EXCLUSÃO POR INDIGNIDADE	1297
2. DA DESERDAÇÃO	1298

97. DA HERANÇA JACENTE E DA PETIÇÃO DE HERANÇA.....	1299
1. DA HERANÇA JACENTE	1299
2. DA PETIÇÃO DE HERANÇA	1300
98. DA SUCESSÃO LEGÍTIMA	1301
1. INTRODUÇÃO	1301
2. A SUCESSÃO DOS DESCENDENTES	1301
3. A SUCESSÃO DOS ASCENDENTES	1305
4. A SUCESSÃO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO	1307
5. A SUCESSÃO DOS COLATERAIS	1309
99. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	1311
1. INTRODUÇÃO	1311
2. MODALIDADES DE TESTAMENTOS	1311
2.1. DAS FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO.....	1312
2.2. DOS TESTAMENTOS ESPECIAIS	1313
3. CODICILO	1314
4. DA REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO	1314
5. DO ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	1315
REFERÊNCIAS	1317